

2 de setembro de 2009

Prezado Ministro:

Pela presente, nós, representantes de 125 organizações de mais de 50 países, instamos Va. Sa. a representar os interesses de agricultores, trabalhadores, consumidores, mulheres e o meio ambiente, rejeitando a maior liberalização do comércio de alimentos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em vez disso, exigir políticas que atinjam a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e que protejam os meios de vida dos agricultores através da Soberania Alimentar.

Instamos Va. Sa. a não usar a reunião de Ministros a ser realizada na Índia na primeira semana de setembro a pedido do governo desse país, com o fim de discutir sobre as negociações da OMC, para pressionar por mais liberalização da agricultura. Instamos vocês, Ministros, a rejeitar qualquer tentativa de fazer com que seja aprovada uma conclusão para a Rodada de Doha das negociações da OMC, já que as atuais propostas vão exacerbar, em vez de resolver, as crises que afetam a produção agrícola em nível global e aumentam a fome e a pobreza no mundo inteiro. A OMC, junto com acordos de “livre comércio” bilaterais e regionais que repetem o mesmo modelo neoliberal na agricultura promovidos por décadas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, permitem que os exportadores do agronegócio nos países ricos subsidiem seus produtos e depois os exportem para mercados de países em desenvolvimento, prejudicando os agricultores familiares em pequena escala. Especificamente:

*A desregulação do comércio na agricultura tem resultado na abolição das juntas nacionais de produtos primários que antigamente ajudavam a gerir o fornecimento, e em vez disso, foram substituídas por mercados de *commodities*. Esses mercados altamente desregulados e voláteis expõem os agricultores a enorme instabilidade devido às dramáticas mudanças no preço associadas com o comportamento especulador endêmico desses mercados, particularmente em países em desenvolvimento que têm sido pressionados para reduzir abruptamente suas tarifas de importação.

*O sistema agrícola global permite que os países ricos subsidiem massivamente suas exportações do agronegócio. Quando essas exportações subsidiadas inundam os mercados de países em desenvolvimento, representam concorrência desleal para os agricultores locais, destroem os meios de vida locais e aumentam a fome e a pobreza. Os limites que existem são rotineiramente violados pelos Estados Unidos da América e a União Européia. A recente Lei Agrícola aprovada pelos Estados Unidos não limita esses subsídios de forma significativa. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) achou que todos os 102 países em desenvolvimento que foram estudados experimentaram surtos de importações entre 1980-2003;

estes surtos de importações ocorreram mais frequentemente depois da implementação do Acordo sobre Agricultura da OMC.

*O sistema de comércio global não permite que os governos protejam e apoiem uma produção de alimentos sustentável para consumo interno nem que protejam os agricultores de comportamentos corporativos predatórios. Muitos governos de países em desenvolvimento estão impedidos de aumentar as tarifas protetoras, fornecendo subsídios a adubos ou outros insumos, ou protegendo alguns produtos do comércio global, pela OMC, acordos de comércio bilateral ou políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Essas políticas, consideradas em conjunto, têm resultado em um sistema agrícola global fracassado, incluindo mercados de *commodities* extremamente voláteis, uma falta de acesso global a alimentos nutritivos e acessíveis e um aumento na fome e a erosão da renda dos agricultores. Essas políticas têm culminado na crise alimentar global que enfrentamos hoje, onde aproximadamente 30.000 pessoas morrem todo dia por causas relacionadas com a pobreza, muitas delas devido à desnutrição e a fome. A FAO estima que mais de um bilhão de pessoas estão passando fome, com aproximadamente 150 milhões de pessoas mais experimentando fome em decorrência da atual crise alimentar.

Lamentavelmente, os proponentes da maior liberalização têm procurado aproveitar-se da crise alimentar para expandir, mais do que reformar, suas fracassadas políticas. Nas atuais negociações agrícolas na OMC, os países ricos mais poderosos estão exigindo que os países em desenvolvimento abram ainda mais seus mercados, enquanto se negam a reduzir os subsídios que outorgam às exportações do agronegócio que causam grandes danos nos mercados em países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, muitos países em desenvolvimento estão trabalhando por políticas protetoras, até excluindo os produtos agrícolas das reduções de tarifas, bem como permitindo um aumento nas tarifas ou quotas para produtos que enfrentam *dumping* –especialmente para determinados produtos que são essenciais para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e os meios de vida dos agricultores. Na OMC, essas políticas, chamadas Produtos Especiais e Medidas de Salvaguarda Especial (*PE/MSE*), são defendidas por uma coalizão de mais de 46 países em desenvolvimento chamados o G33, apoiados nessas demandas por um grupo ainda maior que totaliza mais de 100 países em desenvolvimento. A unidade entre o G33 para uma forte posição sobre Produtos Especiais e Medidas de Salvaguarda Especial (*PE/MSE*) é um passo essencial para a melhoria do sistema agrícola global.

Com base no fracasso do atual sistema, muitos agricultores, pescadores, outros produtores de alimentos, consumidores, acadêmicos e outros expertos agrícolas têm desenvolvido novos modelos para a agricultura global, identificados como de soberania alimentar, que priorizam o cultivo de alimentos locais, seguros e saudáveis para a sustentação humana, e a sustentabilidade social e ecológica. Como primeiro passo, os governos deveriam rejeitar a Rodada de Doha de expansão da OMC e em vez disso, apoiar:

1. Fortes proteções e apoio da produção de alimentos para o consumo interno em nível nacional que deve ser permitido dentro do sistema comercial global. Deve permitir-se aos países em desenvolvimento isentar um número suficiente de produtos do comércio global, que sejam essenciais para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e os meios de vida dos agricultores. Também deveriam ser autorizados a manter níveis de tarifas adequados e usar medidas para deter ou reduzir as importações que estão tendo um impacto negativo sobre a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e os meios de vida dos agricultores.

2. Um sistema de comércio global que discipline o comportamento empresarial e que acabe com o *dumping*. Todos os tipos de subsídios às exportações –diretos ou indiretos, incluindo créditos às exportações, garantia de crédito às exportações e seguro de exportações, ajuda alimentar em espécie que não responda a emergências e, principalmente, todos os subsídios e medidas de apoio interno que beneficiem os produtos que são exportados e que são de uma magnitude infinitamente maior que os subsídios de exportação atuais para produtos agrícolas de países desenvolvidos devem ser imediatamente eliminados. Também fazemos um chamamento para acabar com os subsídios de países ricos à produção de algodão que prejudicam os produtores da África Ocidental.

3. Novas regulações nos mercados, tais como disciplinas sobre a especulação nos mercados de *commodities*, como muitos governos africanos tem proposto dentro da OMC. Fazemos um chamamento para uma mudança para um sistema de gestão do fornecimento global para aqueles produtos agrícolas que são comerciados internacionalmente.

Essas políticas, consideradas juntas, começariam uma muito necessária transformação do sistema alimentar global e constituiriam importante progresso para atingir a Soberania Alimentar e a redução da pobreza global, a fome e a desnutrição.

Atenciosamente,

Redes internacionais y regionais

- | | | |
|----|--------------------------------------|--|
| 1. | Action Aid International | Internacional |
| 2. | Alianza Social Continental | Américas |
| | Asia Pacific Forum on Women, Law and | |
| 3. | Development (APWLD) | Ásia-Pacífico |
| | Asian Peasant Coalition | Bangladesh, Índia, Filipinas,
Indonésia, Malásia, Mongólia,
Nepal, Paquistão e Sri Lanka |
| 4. | | |

5.	ATTAC	Espanha, Finlândia, França, Japão, Noruega, Bélgica
	Capitulo Centroamerica Alianza Social	
6.	Continental	América central
7.	Committee for Asian Women (CAW)	Ásia
	Development Alternatives with Women for a New	
8.	Era (DAWN)	Internacional
9.	Focus on the Global South	Índia, Tailândia, Filipinas
10.	Food and Water Europe	Internacional
	Grupo de Trabajo de Agricultura y Comercio de la	
11.	Alianza Social Continental	América Latina
12.	International Gender and Trade Network (IGTN)	Internacional
	International Grail Justice and Trade Agreements	Internacional
13.	Network	
14.	IUF	Internacional
	International Presentation Association of	Internacional
15.	Presentation Sisters	
16.	Marcha Mundial de las Mujeres	Internacional
	Mesa Latinoamericana de Comercio Justo y	
17.	Consumo Ético	América Latina
	Plataforma Interamericana de Derechos Humanos,	
18.	Democracia y Desarrollo (PIDHDD)	América Latina
	Plate Forme des Acteurs Non Etatiques d’Afrique	
19.	Centrale (PANEAC)	África Central
	Red Intercontinental de Promoción de la Economía	
20.	Solidaria - Latinoamérica y Caribe (RIPESS LAC)	América Latina e Caribe
	Red Latinoamericana Mujeres Transformando la	
21.	Economía (REMTE)	América Latina
	Réseau Dynamique Africaine (Réseau des	
22.	Organisations de la Société Civile Africaine)	África Central
	South Asian Network for Social & Agricultural	
23.	Development (SANSAD)	Ásia do Sul
	Southeast Asian Council for Food Security & Fair	
24.	Trade (SEACON)	Suleste Asiático
25.	Third World Network Africa	África
26.	Women in Development Europe (WIDE)	Europa

Redes e organizações nacionais e subregionais

27.	Africa Centre for Biosafety (ACB)	África do Sul
-----	-----------------------------------	---------------

28.	Andhra Pradesh Vyavasaya Vruthidarula Union (APVVU)	Índia
29.	Alianza Social Continental Capítulo Peru	Peru
30.	All Nepal Peasants Federation	Nepal
31.	Alliance of Progressive Labour (APL)	Filipinas
32.	Alliansi Gerakan Reforma Agraria (AGRA)	Indonésia
33.	Articulação de Mulheres Brasileiras	Brasil
34.	Asociación Chilena de Organismos No Gubernamentales ACCIÓN A.G.	Chile
35.	Association Citoyenne de Défense des Intérêts Collectifs (ACDIC)	Camerões
36.	Attac Argentina	Argentina
37.	Austrálian Fair Trade and Investment Network	Austrália
38.	Bangladesh Bhumeheen Samitee (BBS)	Bangladesh
39.	Bangladesh Krishok Shangho	Bangladesh
40.	Bantay Bigas	Filipinas
41.	Berne Declaration	Suiça
42.	Bharatiya Krishak Samaj	Índia
43.	Bloque Popular Honduras	Honduras
44.	CAFRA Trinidad & Tobago	Trinidad & Tobago
45.	Capitulo Argentino de la PIDHDD	Argentina
46.	Centre for Education and Communication (CEC)	Índia
47.	Centre for Trade Policy and Development	Zambia
48.	Chile Sustentable	Chile
49.	CLADEM Paraguay	Paraguai
50.	Comisión Ecuménica de Derechos Humanos de Ecuador	Ecuador
51.	Comisión Local 0,7% PIB	Espanha
52.	Comisión Nacional de Enlace (CNE)	Costa Rica
53.	Confederación Nacional Agraria	Peru
54.	Congress of South African Trade Unions (COSATU)	Africa do Sul
55.	Council of Canadians	Canadá
56.	CRBM-Mani Tese	Itália
57.	Dekada '80 Movement	Filipinas
58.	Ditsò	Costa Rica
59.	Eastern and Southern Africa Small-scale Farmers Forum (ESAFF)	Zambia
60.	Ecologistas en Acción	Espanha
61.	Economic Justice and Development Organization (EJAD)	Paquistão
62.	Ecuador Decide	Ecuador
63.	Fair	Itália

64.	Foro "Corriente de Opinión Ciudadana"	Argentina
65.	Frente Democrático Campesino	México
66.	Globalization Watch Hiroshima	Japão
67.	GM Freeze	Inglaterra
68.	Grupo Local de Campaña Pobreza Cero	Espanha
	Grupo Red de Economía Solidaria del Peru -	
69.	GRESP	Peru
70.	Informationsgruppe Lateinamerika (IGLA)	Áustria
71.	Institute for Global Justice	Indonésia
	Instituto para el Comercio Equitativo y el	
72.	Consumo Responsable (ICECoR)	Argentina
73.	Kenya Human Rights Commission (KHRC)	Quênia
74.	Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (KMP)	Filipinas
75.	La Cooperativa Artística Víctor Lima	Uruguay
76.	La Mesa Intercooperativa de Salto	Uruguay
77.	La Via Campesina – Brasil	Brasil
	Labour, Health and Human Rights Development	
78.	Centre	Nigéria
79.	Labour Research Service	África do Sul
80.	Lismore Presentation Congregation	Austrália
81.	Marcha Mundial de las Mujeres Peru	Peru
82.	Movimiento Rural Cristiano	Espanha
	Movimiento Social Nicaraguense Otro Mundo es	
83.	Posible	Nicaragua
84.	National Agricultural Workers Forum (NAWF)	Índia
85.	National Alliance of People's Movements-NAPM	Índia
86.	National Center For Labour	Índia
	National Network of Agrarian Reform Advocates	
87.	(NNARA)	Filipinas
88.	Oakland Institute	Estados Unidos
89.	OeIE-Kaernten	Áustria
90.	ONG Africando	Espanha
91.	Paz Ahora	Espanha
	Peoples Network on Food Security Programs	
92.	(PNFSP)	Filipinas
	Plataforma Rural-Alianzas por un Mundo Rural	
93.	Vivo	Espanha
94.	Plataforma Boliviana de Derechos Humanos	Bolivia
95.	Plataforma Colombiana de Derechos Humanos	Colombia
96.	Plataforma Dhesca Brasil	Brasil
97.	Plataforma Peruana de Derechos Humanos	Peru
98.	Presentation Justice Network	Irlanda
99.	Presentation Sisters Network	Índia

100.	Proyecto Cultura y Solidaridad (PCyS) PUMALAG (Peoples Network against	Espanha
101.	Liberalization of Agriculture) Red de Acción Ciudadana Frente al Libre	Filipinas
102.	Comercio e Inversiones SINTI TECHAN	El Salvador
103.	Red de Semillas "Resembrando e Intercambiando" Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio	Espanha
104.	(RMALC)	México
105.	Red Peruana de Comercio Justo y Consumo Ético Resistance and Solidarity against Agrochemical	Peru
106.	TNCs (RESIST Network)	Filipinas
107.	SEARCH Foundation	Austrália
108.	Serikat Petani Indonesia	Indonésia
109.	SETEM-Catalunya Sisters of the Presentation Congregation of	Espanha
110.	Newfoundland and Labrador	Canadá
111.	Soldepaz.Pachakuti	Espanha
112.	Solidarité	França
113.	South African Municipal Workers' Union Southern and Eastern Africa Trade, Information	África do Sul
114.	and Negotiations Institute (SEATINI)	Uganda e Zimbabwe
115.	Surplus People Project Taiwan NGOs Association for International	África do Sul
116.	Affairs Tanggol Magsasaka (Peasant Network for Land,	Taiwan
117.	Justice and Human Rights)	Filipinas
118.	Trade Strategy Group	África do Sul
119.	Transnational Institute (TNI)	Holanda
120.	The Development Fund	Noruega
121.	War on Want	Ingleterra
122.	World Development Movement World Economy, Ecology and Development	Inglaterra
123.	(WEED)	Alemanha
124.	Worldview-The Gambia WTO Vyathiredha Vedika (Platform Against	Gambia
125.	WTO)	Índia